



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000432582

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 3001005-35.2025.8.26.0000/50000, da Comarca de São Paulo, em que é embargante ESTADO DE SÃO PAULO, são embargados JOSÉ PEDRO RIVABEN, GERALDO JOSÉ ARRIVABEN, ELIZETE APARECIDA PERUCHI BORGIA, ANTONIO FERREIRA DE MESQUITA FILHO, VALTER SPINELLI, JOSÉ EDUARDO PEREIRA DOS SANTOS, JOAQUIM TEOFILIO SOBRINHO, BENEDITO VANDERLEY DA CUNHA, IVANILDA GONÇALVES DA SILVA, GERD WALTER MÜLLER, SEBASTIÃO PEREIRA DOS SANTOS, OTÁVIO ZANETTI, ANISIA MARIA DE JESUS ALENCAR, MARIA LUISA PENTEADO NATIVIDADE TARGON, PEDRO GONÇALVES DE ALENCAR, GENESIO SILVERIO DA SILVA, ANTONIO GONÇALVES DE ALENCAR, ORLANDO LEITE DE MORAES e LENICE MAGALI DO NASCIMENTO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores JOSÉ MARIA CÂMARA JUNIOR (Presidente sem voto), BANDEIRA LINS E ANTONIO CELSO FARIA.

São Paulo, 5 de maio de 2025.

LEONEL COSTA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: 3001005-35.2025.8.26.0000/**50000**

EMBARGANTE: ESTADO DE SÃO PAULO

EMBARGADOS: JOSÉ PEDRO RIVABEN E OUTROS

VOTO 43729 – hss

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. RECURSO REJEITADO.

I. Caso em Exame

Embargos de Declaração opostos pelo Estado de São Paulo contra acórdão que negou provimento a agravo de instrumento, mantendo decisão que determinou a apresentação de informes oficiais relacionados aos servidores públicos. A embargante alega omissão no acórdão quanto ao distinguishing entre a autarquia INSS e o Estado de São Paulo, e alega violação à separação de poderes e ao art. 102, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal.

II. Questão em Discussão

2. A questão em discussão consiste em verificar se há omissão no acórdão embargado que justifique sua modificação.

III. Razões de Decidir

3. Os embargos de declaração não se vinculam a nenhuma das hipóteses de cabimento previstas no art. 1022 do CPC, não havendo omissão, obscuridade ou contradição a ser corrigida. 4. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que embargos de declaração não são cabíveis para rediscutir questões de mérito já resolvidas, configurando mero inconformismo.

IV. Dispositivo e Tese

5. Embargos de declaração rejeitados.

Tese de julgamento: 1. Embargos de declaração não são cabíveis para rediscutir mérito já resolvido. 2. A fundamentação suficiente dispensa a menção expressa de todos os dispositivos legais citados pelas partes.

Jurisprudência Citada:

STJ, EDcl no REsp 954694/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, T2 - Segunda Turma, j. 23.03.2010, DJe 12.04.2010.

STJ, EDRES 589.329/SC, Primeira Seção, Rel. Min. Luiz Fux, j. 24.05.2006, DJ 12.06.2006

Vistos.

Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo ESTADO DE SÃO PAULO contra o acórdão de fls. 36/42, o qual, por unanimidade, negou provimento ao recurso de agravo de instrumento interposto pelo ora embargante, para manter a decisão agravada que determinou que o Estado apresente informes oficiais relacionados aos servidores públicos.

Sustenta a embargante, em síntese, que o acórdão padeceria de omissão. Afirma que não foi apreciado a questão do distinguishing entre a autarquia INSS e o Estado de São Paulo. Aduz que o Estado não tem corpo técnico para fornecer a documentação solicitada. Alega que houve violação à separação de poderes e ao art. 102, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal. Colaciona jurisprudência do STJ atestando sua pretensão. Prequestiona, ainda, toda a matéria.

Nesse sentido, requer o acolhimento ao recurso, com efeitos modificativos, para reformar o acórdão, e afastar a determinação de apresentação de informes oficiais por parte do Estado.

Recurso tempestivo.

É o relato do necessário.

VOTO.

Os embargos de declaração devem ser rejeitados.

De início, cumpre consignar que o julgamento imediato do presente recurso, dispensada a intimação da parte contrária, prestigia os princípios da razoável duração do processo, economicidade, aproveitamento dos atos processuais, resguardando o devido processo legal, bem como as suas garantias.

Nesse sentido, o Exmo. Des. José Maria Câmara Júnior já consignou que "conquanto a norma inserta no art. 932 do Código de Processo Civil, prestigiando o contraditório, torne excepcional o julgamento do recurso independentemente de facultar manifestação à parte contrária, certamente deve haver harmonização com as demais regras e princípios que informam o Processo Civil. Nesse cenário, é possível aproximar a regra do art. 927 para melhor interpretar o art. 932, IV, permitindo que seja dispensada a intimação da parte agravada se não houver

qualquer prejuízo ou mesmo proveito para ela, já que o julgamento de não provimento do recurso considera a prevalência de teses consolidadas pela jurisprudência e repercute favoravelmente ao interesse da agravada." (3004071-62.2021.8.26.0000, Relator(a): José Maria Câmara Junior, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 8ª Câmara de Direito Público, Data do julgamento: 11/08/2021, Data de publicação: 11/08/2021).

Superado tal ponto, passa-se ao mérito.

Concretamente, os Embargos de Declaração opostos não se vinculam a nenhuma das hipóteses de cabimento previstas no art. 1022 do CPC, não ocorrendo omissão, obscuridade ou contradição de ponto ou questão, nem erro material a ser corrigido.

Com efeito, descabe o manejo dos Embargos de Declaração com efeitos infringentes ou de inconformismo, veiculando pretensão de rediscussão das questões resolvidas no acórdão.

Nesse sentido, julgados do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

EDcl no REsp 954694 / SP

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL

2007/0112067-2

Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES

T2 - SEGUNDA TURMA

Data do Julgamento: 23/03/2010

Data da Publicação/Fonte: DJe 12/04/2010

Ementa

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. INOVAÇÃO NA VIA DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS

SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF POR ANALOGIA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas não configuram as hipóteses de cabimento do recurso – omissão, contradição ou obscuridade –, delineadas no art. 535 do CPC.
2. A rediscussão, via embargos de declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do decisum, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar.
3. Ademais, não cabe inovação em sede de embargos de declaração, com o propósito de provocar apreciação do Superior Tribunal de Justiça de questões não levantadas no recurso especial.
4. Ausente o indispensável prequestionamento, aplica-se o teor das Súmulas 282 e 356 da Corte Suprema.
5. Embargos de declaração rejeitados.

"Os embargos de declaração só podem ter efeitos modificativos se a alteração do acórdão é consequência necessária do julgamento que supre a omissão ou expunge a contradição. Embargos de Declaração não conhecidos." (Embargos de Declaração em Recurso Especial 15.569 – DF (91 20959-7), Ministro. Ari Pargendler, julgados em 08.08.1996).

O acórdão proferido apreciou as questões submetidas a julgamento, ainda que não tenha feito referência expressa a algum determinado dispositivo legal ou enfrentado alguma tese que o embargante sustente ser favorável a si, o que é prescindível, pois ao órgão julgador não cabe examinar todas as normas citadas bem como todos os argumentos invocados, podendo ser analisado o conjunto como um todo para formar seu convencimento; basta, para tanto, que as decisões sejam fundamentadas de forma satisfatória, cumprindo, assim, a ordem prevista no artigo 93, IX da Constituição Federal.

O direito brasileiro adota a técnica da fundamentação suficiente, uma vez que o próprio art. 489 prevê, no § 3º, que a decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.

Assim, “[...] o juiz não tem o dever de rebater todos os argumentos levantados pelas partes ao longo de seus arrazoados: apenas os argumentos relevantes é que devem ser enfrentados.” (Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz Mitidiero, Daniel. Novo Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 493).

Nesse sentido:

Esta Egrégia Corte não responde a questionário e não é obrigada a examinar todas as normas legais citadas e todos os argumentos utilizados pelas partes, e sim somente aqueles que julgar pertinentes para lastrear a decisão. (STJ – 1ª T Emb. Decl. Rel. Min. Garcia Vieira j. 15.02.93 RSTJ 47/596)

Não está o Juiz obrigado a julgar a questão posta de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 131 do CPC) para tanto, vale se do exame dos fatos e dos aspectos pertinentes ao tema, das provas produzidas e da doutrina e da jurisprudência que reputar aplicáveis ao caso concreto. (TRF 5ª R. – 3ª T. Emb. Decl, 97.05.03963 1 PB Rel. Germana Moraes j. 04.09.97 RT 752/397)"

Cumprе esclarecer que as argumentações relativas aos alegados vícios foram objeto de apreciação quando do julgamento do recurso, direta ou indiretamente, e ainda que de maneira sucinta ou reflexa.

No mais, como se sabe, “*Não cabe ao Tribunal, que não é órgão de consulta, responder a 'questionários' postos pela parte sucumbente, que não aponta de concreto nenhuma obscuridade, omissão ou contradição no acórdão, mas deseja, isto sim, esclarecimentos sobre sua situação futura e profliga o que considera injustiças decorrentes do decisum.*” (EDcl no REsp n. 739/RJ, Relator Ministro Athos Carneiro, DJ de 12.11.90). (EDcl no REsp 743.914/RJ, Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa, Quarta Turma, julgado em 15.8.2006, DJ

25.9.2006 p. 272). É dizer, não há necessidade de explicitar a decisão que se encontra motivada o suficiente e permite à parte sua compreensão.

As razões que motivaram o julgamento do recurso encontram-se no corpo do acórdão embargado, que, repita-se, apreciou todas as questões submetidas a julgamento e consignou que o Estado tem obrigação de fornecer documentos que estão em sua posse, nos termos do art. 396 do CPC; bem como que os informes requeridos são indispensáveis para elaboração dos cálculos da parte exequente.

Evidente, portanto, que há insurgência contra a própria matéria de direito controvertida e contra o desacolhimento de sua tese lançada nos autos. É dizer, a parte embargante pretende, na realidade, a reapreciação da matéria enfocada na decisão atacada, o que é incabível, em sede de embargos de declaração, reexaminando questões sobre as quais já houve pronunciamento, com inversão do resultado, consubstanciando, por conseguinte, expediente recursal inadequado para expressar irresignação com o resultado do julgado.

Por fim, o STJ, por sua Corte Especial, já se pronunciou que não são necessárias expressas manifestações dos textos de lei que fundamenta o acórdão embargado, na linha de que a violação da norma legal ou dissídio não requer, necessariamente, a menção do dispositivo pelo Tribunal de origem, o chamado pré-questionamento explícito (cf. EREsp nº 181.682/PE, 144.844/RS e 155.321/SP). A decisão deverá conter fundamentos jurídicos e não a menção das leis em que se fundamenta:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE QUALQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA OBJETO DE POSSÍVEL RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REJEIÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. Inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é o pré-questionamento de dispositivos e princípios constitucional que entende a embargante terem sido malferidos, o que evidentemente escapa aos estreitos limites previstos pelo artigo 535 do CPC aos embargos de declaração. 2. É entendimento pretoriano assente o de que o Magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos das partes, quando já tenha encontrado fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia

sub judice, sem que isso represente negativa de prestação jurisdicional. 3. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535 do CPC, constantes do decisum embargado, não se prestando, portanto, ao rejugamento da matéria posta nos autos, tampouco ao mero pré-questionamento de dispositivos constitucionais para a viabilização de eventual recurso extraordinário, porquanto, visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão ou obscuridade nas razões desenvolvidas. 4. Impõe-se a rejeição de embargos declaratórios que têm o único propósito de pré-questionar a matéria objeto de recurso extraordinário a ser interposto (Precedentes: EDcl no Resp. nº 415.872/SC, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 24/10/2005; e EDcl no AgRg no AG nº 630.190/MG, Primeira Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 17/10/2005). 5. Embargos de Declaração rejeitados. STJ – EDRES 589.329/SC – Primeira Seção – Rel. Min. LUIZ FUX – j. 24.5.06 – DJ 12.6.06, p. 421”.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Leonel Costa

Relator